MICROSCÓPIO

PREFEITO DO BRASIL

Raul Pilla

O presidencial é, por excelência, govêrno pessoal. E' govêrno de um homem só, embora auxiliado por alguns outros. Para encontrar cousa semelhante, faz-se necessário remontar à monarquia, quando a função da assembléia representativa pouco mais era que autorizar o levantamento de impostos. O presidente atual dispõe de tanto poder quanto os antigos soberanos: não é sem profunda razão que os norte-americanos estiveram por fazer rei a Washington. Êste grande cidadão não aceitou a realeza, mas descontada a temporariedade, quase lhe equivalia a presidência que recebeu.

O sr. Juscelino Kubitschek integra-se perfeitamente neste sistema e ainda o aperfeiçoa. «A estrutura presidencialista do nosso regime democrático — diz o Chefe da Nação em discurso proferido na Confederação Nacional do Comércio — implica numa espécie de onipresença do presidente da República, que necessita estar inteirado dos problemas de todo o país, para dar-lhe assim a indispensável e imediata solução». O presidente da República seria, assim, uma encarnação da Divina Providência, que está ao mesmo tempo em todos os lugares e não está determinadamente em nenhum.

«Longe vai o tempo — diz o nosso presidente em outro passo do seu discurso — em que o exercício da suprema magistratura da República era um tirocínio de mistérios, que se iniciava com a reclusão do presidente nos limites do seu Palácio. Os tempos modernos alteraram essa modalidade de govêrno escondido».

Não conheço concepção de govêrno mais rudimentar e primitiva. Um chefe de tribo não a teria mais desenvolvida, pois ignora o que se chama aparelho governativo. Aplicável em pequeno município do Interior, onde o prefeito pode tomar contato direto com os principais problemas e «dar-lhes assim a indispensável e imediata solução», impossível seria aplicar-se ela, já não digo no âmbito estadual, mas num vasto país de sessenta milhões de habitantes.

Não é sòmente a extensão da área em que se exerce o govêrno, mas também a própria natureza dos problemas de govêrno na esfera nacional, o que contradiz a concepção juscelíniana de poder. Em caso nenhum se trata de problemas locais, mas, quando muito, de expressões locais de problemas gerais. Por especial que pareça, não pode o caso resolver-se, senão em função do interêsse nacional. O govêrno da República exerce-se realmente e sòmente pode exercer-se na capital do País, onde tem a sua sede, onde vêm ter tôdas as vias sensitivas e donde partem tôdas as vias motoras da vida nacional. Governar é coordenar e, portanto, centralizar. Por isto existem por todo o país órgãos e aparelhos de administração.

Com isto não quero eu dizer que o presidente da República tenha de ser um recluso em seu palácio. Ocasiões há em que êle deve sair: mas não, pròpriamente, como chefe do govêrno, para resolver *in loco* os problemas administrativos, senão como chefe da Nação, para levar, em certas ocasiões, o confôrto, o estímulo, a influência da sua presença. E' o que fazem os monarcas constitucionais e os presidentes nas repúblicas parlamentares, e também podem fazer os presidentes nas repúblicas presidenciais. Governar, porém, como quer o sr. Juscelino Kubitschek, não é ser presidente da República, mas, como já se disse, prefeito do Brasil.